

Apensados

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Sugestão Nº 107, DE 2014

(Associação Antiga e Iluminada Sociedade Banksiana)

EMENTA:

Sugere Projeto de Lei que visa alterar a ementa da Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, restaurando a redação anterior daquele diploma legal, modificada pela Lei n. 12.376, de 2010.

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____ Presidente: _____

Comissão de Legislação Participativa: _____ Em: ____/____/____

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____ Presidente: _____

Comissão de Legislação Participativa: _____ Em: ____/____/____

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____ Presidente: _____

Comissão de Legislação Participativa: _____ Em: ____/____/____

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____ Presidente: _____

Comissão de Legislação Participativa: _____ Em: ____/____/____

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____ Presidente: _____

Comissão de Legislação Participativa: _____ Em: ____/____/____



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

SUGESTÃO Nº 107/2014
CADASTRO DA ENTIDADE

Denominação: Antiga e Iluminada Sociedade Banksiana.

CNPJ: 09.296.442/0001-00

Tipos de Entidades: (☒) Associação (☐) Federação (☐) Sindicato
(☐) ONG (☐) Confederação (☐) Outros (☐)

Endereço: Rua Agenor Moreira, n. 62 (casa), Andaraí

Cidade: Rio de Janeiro **Estado:** RJ **Cep.:** 20541-130

Fone/Fax: (21) 2278-5963

Correio-eletrônico: banksianismo@ig.com.br

Responsável: Geraldo Guimarães Sias

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que a documentação especificada nos Incisos "I" e "II" do art. 2º do Regulamento Interno da Comissão de Legislação Participativa, apresentada pela entidade supramencionada, encontra-se regularizada até a presente data e arquivada nesta Comissão à disposição de qualquer interessado.

Brasília, DF, 4 de fevereiro de 2014.


Claudio Ribeiro Paes
Secretário



Rio de Janeiro, 20 de Janeiro de 2014.

Exmº Senhor

Deputado Federal **Lincoln Portela**

Presidente da Comissão de Legislação Participativa

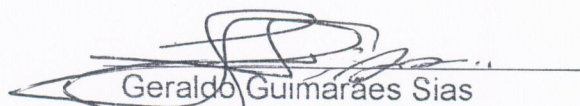
Câmara dos Deputados

Dirijo-me a V. Exa. para encaminhar, a título de sugestão de iniciativa legislativa, texto elaborado pela **ANTIGA E ILUMINADA SOCIEDADE BANKSIANA** (CNPJ 09.296.442/0001-00) que *Restaura a ementa originária do Decreto-Lei nº. 4.657, de 4 de setembro de 1942.*

A Sugestão vem no mesmo envelope com outras 6 (seis) proposições, fazendo-se acompanhar de 1) Ata da Reunião da Diretoria que aprovou o envio das sugestões, realizada em 20 de Janeiro de 2014; 2) Ata da Assembléia Geral Ordinária que elegeu a atual Diretoria, para o triênio 2012/2015; e 3) Estatuto Social reformado (e consolidado), conforme texto aprovado pela mesma Assembléia Geral Ordinária e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do Rio de Janeiro (RCPJ/RJ) em 6 de Novembro de 2013, esclarecendo que a entidade já é cadastrada junto a esta Comissão.

Colocamos nossa entidade à disposição desse Colegiado para o debate do assunto.

Atenciosamente,



Geraldo Guimarães Sias
OAB-RJ 92.832


Presidente — Antiga e Iluminada Sociedade Banksiana

SUGESTÃO DE PROJETO DE LEI Nº ____, DE 2014
(DA ANTIGA E ILUMINADA SOCIEDADE BANKSIANA – CNPJ
09.296.442/0001-00)

Restaura a ementa originária do
Decreto-Lei nº. 4.657, de 4 de
setembro de 1942.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Artigo único. Esta Lei restaura a ementa originária do Decreto-Lei nº. 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro), revogando-se a partir da entrada em vigor desta Lei, a Lei nº. 12.376, de 30 de Dezembro de 2010.


Geraldo Guimarães Sias

Presidente – Antiga e Iluminada Sociedade Banksiana

JUSTIFICATIVA

A Lei nº. 12.376, de 30 de Dezembro de 2010 é **inútil, incorreta e desnecessária**; conforme salientado pelo Editor do sítio de *internet* “Direito Integral” (<http://direitointegral.com>), cujas razões adotamos como Justificativa da presente sugestão:

“Nenhuma controvérsia havia, registre-se, na doutrina e na jurisprudência, a respeito de o âmbito de incidência da LICC não coincidir com o previsto em sua ementa primitiva, ora revogada. Daí a primeira ordem de críticas à edição da lei 12.376/10, acoimada de ridícula por Jacob Dolinger:

Aprovar em 2010 uma lei para modificar a ementa da lei de 1942, para reiterar o que sempre foi aceito como pacífico, é um desperdício legislativo, uma medida sem significado, uma legislação sem sentido, um

desrespeito a como esta lei foi invariavelmente estudada e interpretada pelos mestres e aplicada pelos tribunais em décadas.

(...)

(...) o Poder Legislativo caiu no ridículo de criar uma "lei" totalmente desnecessária, absolutamente sem sentido e sem objetivo e, acima de tudo, desrespeitadora da ciência jurídica nacional.

O Exmo. Sr. Dep. **Celso Russomano**, autor da Lei cuja iniciativa procura a **Antiga e Iluminada Sociedade Banksiana** reverter, deveria dedicar-se apenas ao Direito do Consumidor, onde se notabilizou quando repórter do extinto programa policialesco "*Aqui Agora*" do SBT, poupando a comunidade jurídica brasileira de iniciativas inúteis, despiciendas e desnecessárias como a sua proposta de alteração da Ementa da Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, que de tão **ridícula** (palavras de **Jacob Dolinger**), não precisa de mais do que uma lei de **artigo único** para ser pulverizada, trazendo de volta a normalidade institucional.

Por estes motivos, confia e espera a **Antiga e Iluminada Sociedade Banksiana** que os ilustres congressistas aprovarão a iniciativa expressa com esta Sugestão de Projeto de Lei.

Lei 12376/2010. Nova Ementa à LICC – Lei de Introdução ao Código Civil. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

Temas: [Direito Civil](#) | Autor: Amílcar

Divórcios e Separações www.gccresadvogados.com
Judiciais e em Cartório (Nova Lei) Advogados.
Ligue: (21) 2215-8572

Ofertas em Niterói www.GROUPON.com.br/Ofertas
Receba um incrível Cupom por dia. Até 70% de desconto. Confira!

Direito Constitucional www.wdireito.com.br/constitucional
Especialização online em Direito Constitucional no WDireito. Conheça

Livros de Direito Civil www.LivrariaSaraiva.com.br/Direito
Diversos Títulos de Direito Civil em até 12x s/ Juros + Frete Grátis*

Anúncios Google

Foi publicada no D.O.U do dia 31/12 a lei nº 12.376, de 30 de dezembro de 2010, que altera a ementa da Lei de

Introdução ao

Código Civil (LICC) para denominá-la **Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro**.

LICC - Ementa Revogada	Redação dada Pela Lei 12376/10
• Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro	• Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro

Textos Recomendados

- Lei 12376/2010. Nova Ementa à LICC – Lei de Introdução ao Código Civil. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.
- Lei 12344/2010. Casamento. Regime de Separação Obrigatória de Bens. Aumento da Idade, de 50 para 70 anos. Incidência Sobre as Uniãos Estáveis. Alteração no Código Civil.

Widget [7]

1) Mens Legislatoris

Decorre a lei 12376/10 do PL 6303/2005, apresentado pelo Deputado Celso Russomano sob a seguinte justificativa:

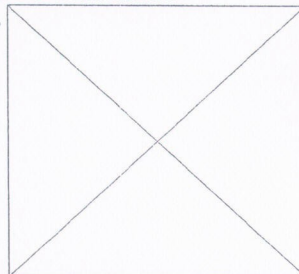
É reconhecido pela doutrina e pela jurisprudência que a Lei de Introdução ao Código Civil possui âmbito de aplicação mais amplo do que o mencionado em sua ementa. Para aperfeiçoar a legislação pátria, fazendo-a coincidir a letra da lei com sua interpretação, é que apresentamos o presente projeto de lei, contando com o apoio dos ilustres Pares.

2) Críticas à Lei 12376/2010

2.1) Desnecessidade e Inutilidade

Nenhuma controvérsia havia, registre-se, na doutrina e na jurisprudência, a respeito de o âmbito de incidência da LICC não coincidir com o previsto em sua ementa primitiva^[1], ora revogada. Daí a primeira ordem de críticas à edição da lei 12.376/10, acoimada de

ridícula por Jacob Dolinger:



Aprovação da Lei 12376/10 na CCJ da Câmara dos Deputados.

Aprovar em 2010 uma lei para modificar a ementa da lei de 1942, para reiterar o que sempre foi aceito como pacífico, é um desperdício legislativo, uma medida sem significado, uma legislação sem sentido, um desrespeito a como esta lei foi invariavelmente estudada e interpretada pelos mestres e aplicada pelos tribunais em décadas.

(...)

(...)o Poder Legislativo caiu no ridículo de criar uma "lei" totalmente desnecessária, absolutamente sem sentido e sem objetivo e, acima de tudo, desrespeitadora da ciência jurídica nacional.

2.2) Incorreção do Objeto Indicado no Art. 1º

Vista a matéria ao ângulo do direito positivo, merece censura o art. 1º da norma em exame (redigido com vistas a atender o disposto no art. na LC 95/98, art. 7º). Reza ele que a inovação se destina a **ampliar** o campo de aplicação do DL 4657/1946, quando em verdade apenas o **explicita**, refletindo o que a doutrina e a jurisprudência a seu respeito sempre entenderam (cf. *supra*, 2.1 e *infra*, a nota de rodapé nº 1). Ademais, com efeito,

nenhuma modificação de ementa tem o condão de alterar –

Lei 12376/2010
• Art. 1º Esta Lei altera a ementa do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, ampliando o seu campo de aplicação.
www.DireitoIntebral.com

CELULAR EYO F52
4 CHIPS

COM TV INTEGRADA
FRETE GRÁTIS

APENAS
R\$129,90
NO BOLETO

Compre DaChina

[Handwritten signature]

seja para restringir, seja para estender -- o âmbito de incidência da norma emendada, uma vez que sua função, predica-o acertadamente o art. 5º da Lei Complementar 95/98, é meramente *expletiva*.

3) As Ementas Cogitadas Pelo Parlamento

O texto primitivo do PL adotava a locução "Lei de Introdução às Leis" para substituir a designação por que é conhecido o DL 4657/1942. Rejeitou-a a Câmara por entender que...

Texto Primitivo do PL 6303/05	Minuta de Parecer da CCJ da Câmara	Redação da Lei 12376/10, dada pela CCJ da Câmara
• Lei de Introdução às Leis	• Lei de Introdução ao Ordenamento Jurídico Brasileiro	• Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro

(...) o termo "Lei de Introdução às Leis", um tanto ambíguo, pode gerar erro e divergência de interpretação.

Na minuta de parecer não votado pela CCJ encontra-se a expressão "Lei de Introdução ao Ordenamento Jurídico Brasileiro". Prevaleceu, porém, a...

(...) expressão "Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro", que reproduz com exatidão o sentido e o alcance desse diploma legal

Notas

[1] Antes mesmo da edição do DL 4657/1942, anotava J.M. Carvalho dos Santos a propósito da abrangência das normas então alocadas na "Introdução" do Código Civil de 1916:

Da natureza da Lei de Introdução resulta que as regras contidas nesta lei não são peculiares ao Código Civil, aplicando-se, antes, a todas as leis, quaisquer que sejam, como as penais, as comerciais, as fiscais, a processuais, etc.

Pouco importa estar ela colocada como Introdução ao Código Civil, o que encontra justificativa, como já foi explicado pelos mestres, no fato de o Código Civil constituir a parte mais importante de nossa legislação;

(Código Civil Brasileiro Interpretado, Ed. Forense.)

Mais recentemente versaram a matéria Tereza Cristina Monteiro Mafra, Mônica Silveira Vieira, Mônica Aragão Martiniano Ferreira e Costa e Marcelo de Oliveira Milagres:

A Lei de Introdução não é parte integrante, nem lei introdutória do Código Civil. Trata-se de norma à frente de todo o ordenamento nacional, para tornar mais fácil a aplicação das leis. Abrange princípios que explicitam a aplicação das normas jurídicas, traz questões de hermenêutica jurídica referentes ao direito privado e ao direito público e contém normas de direito internacional privado.

O alcance da Lei de Introdução fez com que, na doutrina, ficasse conhecida como sobredireito, já que disciplina as próprias normas jurídicas.

MARIA HELENA DINIZ anota que "a Lei de Introdução é uma *lex legum*, ou seja, um conjunto de normas, constituindo um direito sobre direito ('*ein Recht der Rechtsordnung*', '*Recht ueber Recht*', '*surdroit*', '*jus supra jura*'), um superdireito, um direito coordenador de direito. Não rege as relações de vida, mas sim as normas, uma vez que indica como interpretá-las ou aplicá-las, determinando-lhes a vigência e eficácia, suas dimensões espaço-temporais, assinalando suas projeções nas situações conflitivas de ordenamentos jurídicos nacionais e alienígenas, evidenciando os respectivos elementos de conexão. Como se vê, **engloba não só o direito civil, mas também os diversos ramos do direito privado e público, notadamente a seara do direito internacional privado**. A Lei de Introdução é o Estatuto de Direito Internacional Privado; é uma norma cogente brasileira, por determinação legislativa da soberania nacional, aplicável a todas as leis".

A Lei de Introdução, portanto, é norma autônoma, que traça a direção para aplicabilidade das demais normas do ordenamento jurídico nacional, e como tal, a revogação do Código Civil, de 1916, nela não teve reflexos.

(A LICC e o Código Civil de 2002, Ed. Forense, 2008)